



O C U R D A S O R I S

OIKOS - Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria



Nas últimas três décadas Leiria tem registado um acentuado crescimento económico acompanhado de elevado crescimento urbano, infelizmente não correspondidos de processos de planeamento e ordenamento correctos, que tivessem permitido um verdadeiro desenvolvimento, ao invés do caos urbanístico em que estamos mergulhados.

De facto, a qualidade ambiental e consequente qualidade de vida vêm sendo cada vez mais comprometidas numa cidade e áreas periféricas de grandes potencialidades e riqueza ambiental.

Há muito que vimos reclamando uma mudança de políticas, que não confundam crescimento com desenvolvimento e construção com urbanismo, no sentido de pôr fim de uma vez por todas a este processo de degradação, salvaguardando o que ainda resta.

Afirmámos, num colóquio realizado em Janeiro de 1999, e fomos por isso criticados, que Leiria não é ainda um caso perdido. Reafirmamo-lo hoje, embora conscientes, como então, que a situação está cada vez mais difícil no que respeita à inversão de políticas que permitam, por um lado, corrigir erros praticados e por outro, travar de uma vez por todas os processos de degradação em curso.

Surge agora o Programa Polis, o qual já ouvimos ser apontado como a panaceia que vem curar todos os males de que sofre a nossa cidade. Não tenhamos ilusões. O Polis não será o remédio que vem miraculosamente curar todas as nossas "chagas".

Contudo, ele poderá constituir-se como um importante instrumento para a cidade, assumindo-se como o pontapé de saída para a mudança de mentalidades, de políticas e consequentemente do rumo que vem sendo traçado nas últimas décadas, fruto de uma navegação à vista, ao saber de ventos que nada têm a ver com o bem colectivo. No entanto, tal só será conseguido com uma ampla e efectiva participação pública.

O Polis, tem à partida assegurada uma intervenção significativa ao nível da quantidade pelo que será obrigatório que tenha uma correspondência ao nível da qualidade. Para tal, cidadãos e instituições deverão desempenhar um papel importante na sua discussão e implementação. Se for implementado de forma incorrecta, o Polis, pode inclusive, não só não passar de uma mera operação de cosmética, como pode agravar a situação existente.

Se tivermos em conta que o programa vai intervir nas margens do rio Lis, e no centro histórico da cidade, percebemos quão vital será uma intervenção correcta. Propostas que figuram no plano estratégico, tão relevantes como, a criação dum espelho de água junto à ponte dos caniços, a construção dum túnel rodoviário, junto ao jardim Luís de Camões, a construção de um elevador e de um teleférico para o castelo, entre outros, devem ser precedidos de estudos muito cuidados e de uma ampla participação por parte de cidadãos e entidades.

Ora como sabemos, até porque há muito reclamamos contra este processo, até aqui os mecanismos de participação têm apenas permitido a participação pública após concluída a execução dos projectos. Tal tem conduzido a uma quase nula incorporação de sugestões apresentadas.

O compromisso assumido pela Senhora Presidente da Câmara Municipal de Leiria, durante as VII Jornadas sobre Ambiente e Desenvolvimento promovidas pela Oikos, de que, relativamente ao programa Polis a participação pública estaria aberta durante a execução de todos os Planos de Pormenor a executar, e que acreditamos seja cumprido, saúda-se e trás a todos nós grandes responsabilidades.

Dando o exemplo, aproveitamos para reiterar uma sugestão já manifestada publicamente. A transferência da Rodoviária do Tejo, desde há muito reclamada, e que parece ter possibilidades de se consumir em breve, permite em nossa opinião uma intervenção "radical" em todo o quarteirão, de péssima qualidade, onde se localiza. Ou seja, propomos a sua demolição total, operando no local uma intervenção urbanística de grande qualidade que permita fazer a ligação entre a zona histórica, o jardim Luís de Camões, o rio e a zona da cidade que se inicia na avenida Heróis de Angola, transformando todo o conjunto num espaço diversificado, integrado e harmonioso. O projecto é exequível, e seria o "golpe de asa" deste programa Polis no qual queremos depositar algumas esperanças.

Parante as premissas que estão lançadas, uma ausência de participação, por parte dos cidadãos e das entidades, seria trágica e retiraria toda e qualquer legitimidade futura de intervenção e de crítica.

Por conseguinte, não deixemos a nossa cidadania em mãos alheias e, metamos desde já, mãos à obra.

Os "grafitti" indevidos na cidade de Leiria

É chocante que numa altura em que se procura sensibilizar cada vez mais para a conservação do meio e respectivo Património, se vejam sinais do desrespeito pela propriedade pública e privada, desfiguradas com uma densidade de exemplos acima do minimamente aceitável através de "pinturas" e "escritos" com tinta a óleo, feitos a coberto da noite por quem não respeita os direitos de cidadania.

Passaram-se anos sobre a "sujidade" em alguns edifícios e, estranhámos que, pelos menos nos edifícios de propriedade pública, não tenham sido tomadas as necessárias medidas de limpeza, que é uma das incumbências dos serviços competentes. E pensamos que é só adicionar uma "linha de boa vontade", pois os custos de recuperação não serão altos, comparáveis com outras despesas não tão prioritárias.

É muito comum falar-se nos valores naturais e patrimoniais da cidade de Leiria, mas não pode manter-se esta inércia quanto à não manutenção de um "retrato" de uma cidade que atrai residentes e visitantes e nunca seja um factor de repulsa e crítica negativa por mero desleixo das entidades responsáveis.

É claro que com sugestões de solução, a de accionar a médio prazo, de campanhas de sensibilização no sentido de respeitarmos o que não é nosso, mas de TODOS. Não será necessária muita imaginação para criarmos medidas correctivas de natureza pedagógica e para já, de fiscalização / segurança.

Como exemplo de "grafittis" reprováveis e com textos inconvenientes, em edifícios

públicos, a ala leste da parede do Tribunal Judicial e muro da nova e bela Biblioteca Afonso Lopes Vieira. Em edifícios privados, a convidarem a uma sensibilização e possível campanha de apoio a desenvolver pelos serviços autárquicos, entre muitos exemplos, as áreas circunvizinhas ao TERREIRO e colégio de Nossa Senhora de Fátima (muro sul).

Atendamos que os expositores da responsabilidade da autarquia com publicidade informativa já desactualizada – como exemplos, "Balanço do último século" – junto à "Fonte luminosa" – e os correlativos à campanha das Presidenciais, deviam se limpos.

Esta NOTA traduz o alerta de um sócio da "OIKOS".

A. Silva Reis



FICHA TÉCNICA:

Director: Nuno Carvalho

Coordenador: Diomar Ferreira

Colaboraram neste número: Mário Oliveira, Nuno Carvalho, Diomar Ferreira, António Carvalho, António Silva Reis

Propriedade: OIKOS - Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria

Av. Cidade de Maringá — Centro Associativo Municipal, Sala 9 — Apartado 2840 — 2401-901 LEIRIA — Telef.: 244 828 555 Fax: 244 826 024

E-mail: oikosambiente@mail.telepac.pt • Internet: <http://www.terravista.pt/nazare/5199>

Depósito Legal: Nº 120442/98

Tiragem: 1.000 exemplares

Os artigos assinados exprimem a opinião dos seus autores e não necessariamente a da OIKOS.

VII JORNADAS SOBRE AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

Qualidade de Vida nos Meios Urbanos

Leiria 08 e 09 de Março de 2001

CONCLUSÕES

No início do século XXI a cidade continua a constituir-se um espaço onde se projectam, em larga medida, as consequências dos modernos fenómenos de migração de massas, os quais determinam o seu crescimento descontrolado e não planificado, com as respectivas implicações ao nível da falta de identificação do cidadão com o espaço que ocupa e onde desenvolve a sua actividade, geradores de condições de insustentabilidade.

Os custos associados à tentativa de gestão das cidades, insustentadas, normalmente carenciadas de instrumentos actualizados e eficazes de planeamento e ordenamento, são enormes sob todas as perspectivas, nomeadamente nas penalizações que infligem à sociedade e à natureza.

Verifica-se também que, paralelamente a esta galopante degradação dos espaços urbanos, com a consequente perda de qualidade de vida, se constata uma estagnação - quando não regressão - nos sistemas de gestão e actualização política, bem como na quantidade e qualidade do exercício de cidadania desenvolvido, criando condições efectivas para a existência de um divórcio funcional entre a cidade real e a cidade legal-política cujo funcionamento se enreda na teia legal que dificilmente cumpre e faz cumprir.

A cidade, entendida de acordo com as mais recentes correntes de análise/concepção, deve constituir-se como um espaço global, rico pela complexidade de interesses que encerra, pleno de particularidades, valores e funções vitais, espaços públicos abertos, multissociais e multifuncionais.

Constata-se hoje que o conjunto de soluções tradicionais/convencionais proposto para a resolução dos problemas emergentes desta nova realidade de cidade tem-se revelado ineficaz. Esta constatação torna hoje, mais que nunca, evidente a urgência da necessidade de adopção de novos enquadramentos para um problema já conhecido, efectivados através de novos instrumentos e instituições -

formais e informais - cuja acção permita a alavancagem de um novo paradigma cultural que conduza a uma maior auscultação e corresponsabilização, gerando políticas de gestão urbana sustentadas que garantam a qualidade de vida das populações e, simultaneamente, porque indissociável, de recuperação/preservação ambiental.

Num conflito indesejável, sistematicamente repetido,



com a natureza e suas regras, as políticas de gestão têm persistido na ocupação urbana em áreas de risco, tais como leitos de cheia, encostas, falésias, entre outras, as quais, não sendo facilmente percebidas pela população em geral, deverão obrigar os poderes decisores/políticos a informar os cidadãos sobre os riscos envolvidos pela ocupação dessas áreas.

A Agenda 21 Local constitui-se como um importante instrumento de intervenção em termos ambientais nos centros urbanos já que está direccionada para a para a implementação e preparação, a longo prazo, de planos estratégicos direccionados para o desenvolvimento sustentável local, como os planos municipais de ambiente já a ser implementados em alguns municípios. No entanto, a não disponibilização de meios para a sua aplicação e a fraca



adesão dos municípios portugueses a este instrumento tem conduzido a resultados ainda insipientes, situação que urge alterar, contribuindo desta forma para uma melhoria da qualidade de vida e ambiente urbano.

Elemento fundamental para o equilíbrio ecológico, social e cultural, a árvore tem vindo a ganhar um protagonismo crescente na definição do ambiente urbano e da qualidade de vida proporcionada aos seus habitantes. Lamentavelmente, a importância crescente que se lhe vem reconhecendo apenas tem tido paralelo na forma incorrecta/incompetente como tem vindo a ser tratado, quer isoladamente quer quando inserido em espaços verdes de maior ou menor dimensão, sendo alvo de podas tão desnecessárias quanto inqualificáveis e desprovidas do maior elementar bom senso. Urge, pois, formar tecnicamente as entidades responsáveis pela gestão das árvores, quer ao nível do planeamento quer ao nível da sua manutenção uma vez inseridas na malha urbana, sob pena de se degradar mais um património que ainda pode ser salvo em muitas situações.

De entre as funções reconhecidas aos centros urbanos, merecem particular destaque as questões ligadas ao Património, à Cultura e à Identidade. Para que estas vertentes sejam devidamente equacionadas, contribuindo simultaneamente para um enriquecimento do todo urbano e respectiva qualidade de vida:

Deve exigir-se uma cultura educacional desde a infância para as questões da arte, da cultura e do património, para gerar adultos sensíveis a estas questões;

É imprescindível que os governos centrais modifiquem as leis; de arrendamento, de gestão dos centros históricos, do financiamento, do funcionamento do IPPAR e muitos outros, que castram e dificultam os esforços de todos na promoção de cultura e do património como veículos de identidade;

É fundamental que os autarcas aproveitem o contributo das ONG's e instituições privadas que desejem contribuir para a melhoria e qualificação das suas cidades;

É fundamental a existência de coordenação e colaboração multidisciplinar na melhoria e qualificação das cidades, nomeadamente com a consolidação de gabinetes especializados e responsáveis pela execução concertada do trabalho nesta área;

É necessário criar condições de vida e negócio com qualidade, nos centros históricos, de modo a permitir a dinamização natural

destes locais, sem que se transformem em cemitérios artísticos.

Será importante valorizar o papel das dicotomias na intervenção dos agentes culturais como um modo de controlo mútuo que permita o enriquecimento das diversas intervenções e a sua interligação pela positiva;

Será importante apoiar todas as iniciativas de apoio e defesa das associações não governamentais, nomeadamente o recente criado observatório do património nos seus esforços pela preservação da arquitectura tradicional portuguesa;

Urge a criação de um projecto integrado e mobilizador para Leiria que se transforme num plano estratégico assumido por todos para garantir o seu sucesso.

O programa Polis pode, nesta perspectiva, constituir-se como um instrumento importante para a cidade de Leiria.

Para tal, o plano estratégico actualmente existente deve ser convertido em planos de pormenor, conforme previsto, executados de forma integrada de modo a constituírem-se como um todo harmonioso e não como um conjunto articulado de intervenções. O compromisso assumido nestas jornadas de que há receptividade total para acolher uma ampla participação de todos os agentes - individuais e colectivos - em todas as fases de execução dos referidos planos de pormenor responsabilizará todos os intervenientes no processo, permitindo acalentar esperanças na concretização dos objectivos enunciados.

Denominador comum a todas as intervenções, bem como nos debates pelas mesmas suscitadas, a importância da participação do público foi enfatizada, sendo também claramente definida a necessidade de se encontrar novos mecanismos de participação do público conducentes a uma contribuição mais efectiva de todos os agentes em todas as fases dos processos de planeamento e decisão.

CRIME... DISSE ELE !

A Natureza sofreu, ao longo de milhões de anos, um processo de evolução que a foi moldando e adaptando a condições ambientais por vezes adversas.

Foi um processo lento que permitiu que milhões de espécies se fossem adaptando e evoluindo, sempre na dependência directa ou indirecta uns dos outros.

Sempre houve predadores e presas, lutas entre uns e outros, mas o equilíbrio dos ecossistemas foi-se mantendo intacto.

A Natureza sempre conseguiu regenerar-se e manter, no essencial, a sua imensa biodiversidade, riqueza maior que nós recebemos, mas que não conseguimos deixar aos nossos descendentes.

O Homem, espécie que habita o planeta Terra à relativamente pouco tempo, conseguiu muito rapidamente colocar-se e colocar todas as outras espécies, em risco acelerado de "passarem à História".

Sem estar a ser pessimista, basta olharmos um pouco do mundo que nos rodeia, são tantos os exemplos de total desprezo pelo ambiente que nos rodeia, que ficamos sem saber para onde pretende ir o Homem.

Parece que, tal como o ditado popular, "só nos lembramos de Santa Bárbara quando troveja", andamos muito distraídos e vai daí as lamentações colectivas quando as catástrofes naturais acontecem, e elas acontecem cada vez com maior frequência.

Sem ir longe no tempo, El Salvador, centenas ou mesmo milhares de vítimas, grandes áreas destruídas; Açores, algumas dezenas de vítimas mortais, muita destruição; Arcos de Valdevez, 4 vítimas mortais, aldeia destruída; Coimbra, diversas habitações em risco de desmoronamento... Esta lista poderia engrossar, tantas as situações que acontecem diariamente, e as causas são sempre as mesmas: o Homem utilizou e continua a utilizar erradamente os recursos naturais que tem à sua disposição. Continua a desbaratar florestas, a construir nas linhas de água, nas dunas, a catar montes e vales...depois quando chove...valha-nos Santa Bárbara!

Continuamos a ser "governados" por pessoas, que têm uma leitura errada daquilo que é verdadeiramente desenvolvimento, onde só o cifrão conta e o futuro não interessa.

Infelizmente, o mal não acontece só aos outros. Se olharmos para a nossa terra, Leiria, também esta tem contado com muitos "governantes", e com muitos casos de utilização errada dos recursos naturais.

Concretamente, no Monte situado junto às piscinas Belo Horizonte, espaço onde a vegetação Mediterrânica estava bem presente e viva e devia merecer dos nossos governantes pelo menos respeito, está esse Monte a ser desventrado pelas máquinas criadas pelo Homem, correndo-se o risco de um dia destes estarmos a pedir, novamente, aos Santinhos para que não haja ali nenhuma derrocada que, ponha em risco as habitações situadas lá no alto.

Penso que, quem autoriza estas situações, deveria ser responsabilizado criminalmente, pelos prejuízos materiais e humanos que vierem a acontecer ..

Estou em crer, que se tal acontecesse, haveria muito menos "catástrofes naturais" e viveríamos muito melhor, nós e os nossos descendentes.

António Carvalho
Sócio nº 147



PLANO DE ACTIVIDADES

Na assembleia geral de 10 de Fevereiro passado, em conjunto com o relatório que resumidamente a

◆ VII JORNADAS SOBRE AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

"Qualidade de vida nos meios urbanos"

Actividade a realizar em 08 e 09 de Março, de 2001 no auditório da ESEL.

◆ IX CONCURSO DE FOTOGRAFIA

Tema: "Ambiente"

Divulgação em Fevereiro e exposição a inaugurar em 05 de Junho.

◆ I JORNADAS DE ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO DO DISTRITO DE LEIRIA

A realizar em Porto de Mós em Maio de 2001.

◆ COLÓQUIO "Educação Ambiental - O que é? Para que serve?"

A realizar em Leiria, no Centro Associativo Municipal no dia 05 de Junho de 2001.

◆ Encontro Nacional "O RIO DA MINHA TERRA"

A realizar em Cartaxo e Constância nos dias 27, 28 e 29 de Julho de 2001.

Organização conjunta da OIKOS, CPADA, AEAT, e "PALHOTA VIVA".

◆ DESENVOLVIMENTO DE PROJECTOS

Projectos em curso provenientes de 2000

◆ RIO ARUNCA - APROFUNDAR O CONHECIMENTO DOS SEUS ECOSISTEMAS, DA NASCENTE À FOZ

◆ LITORAL REGIONAL, UMA ÁREA NATURAL A CONHECER, RECUPERAR E PRESERVAR

◆ SENHORA DO MONTE - UM ECOSISTEMA CÁRSICO A ESTUDAR E A PRESERVAR

Projectos a desenvolver no ano de 2001

◆ COASTWATCH EUROPE 2001 - Região de Leiria

Independentemente da aprovação do projecto apresentado ao IPAMB (e que permite outro tipo de acções), a Oikos, continuará a coordenar este projecto entre a Nazaré e a Figueira da Foz, incluindo o estuário do Mondego.

◆ RIO LIS - A SUA IMPORTÂNCIA PARA O EQUILIBRIO URBANO

Projecto que tem como principais objectivos a caracterização das áreas do rio Lis adjacentes aos centros urbanos, particularmente na cidade de Leiria, tal como entender a importância do rio Lis para a sustentabilidade dos meios urbanos que com ele contactam. Monitorizar a qualidade da água da bacia do Lis, como vem sendo efectuado desde 1990.

◆ BACIA DO ARUNCA - RIBEIRA DE CARNIDE

Projecto que visa conhecer as condições da qualidade da água da ribeira, caracterizar a fauna e a flora dos ecossistemas adjacentes à ribeira, identificar os principais focos poluidores da ribeira e, ainda, contribuir para a sensibilização da comunidade escolar para a educação ambiental.

◆ LITORAL REGIONAL - CONHECER E PROTEGER

Projecto que dá continuidade aos que têm vindo a ser realizados no litoral regional. Prevê acções dedicadas à comunidade em geral e à comunidade escolar em particular.

◆ PROGRAMA "BANDEIRA AZUL DA EUROPA/2001"

No âmbito desta actividade irão ser realizadas diversas acções de sala e animação/sensibilização de praia.

DADES PARA 2001

de actividades de 2000, foi apresentado o relatório de actividades para 2001, seguir se apresenta:

Estão previstas várias actividades para as seguintes praias: Praia de Pedrógão.

◆ FOGOS FLORESTAIS

Projecto que pretende dar continuidade aos projectos anteriormente realizados. Prevê-se a realização de um acampamento ambiental e acções de sensibilização da população a realizar em sala e em acções de contacto directo.

◆ DATAS COMEMORATIVAS

Assinalar com realização de diversas acções e produção de materiais as datas comemorativas relacionadas com o ambiente:

- Dia Mundial da Floresta
- Dia Mundial da Água
- Dia Mundial da Terra
- Dia Mundial do Ambiente

◆ PRODUÇÃO DE MATERIAIS

Produção de um vasto conjunto de materiais relacionados com os projectos apresentados ao IPAMB e autarquias, e com as datas comemorativas a assinalar constituídos por: brochuras; folhetos; cartazes; autocolantes; diapositivos; exposições.

◆ ACÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

À semelhança de anos anteriores e dando continuidade ao que tem sido uma aposta forte da Oikos na Educação Ambiental irá ser realizado um vasto conjunto de actividades muitas das quais em colaboração com escolas da região. Destas actividades destacam-se: visitas de estudo; acampamentos ambientais; acções em escolas sobre temáticas diversas: Resíduos; Reciclagem; Conservação da Natureza; Litoral, etc...

◆ RECEPÇÃO DE ANIMAIS SELVAGENS FERIDOS E/OU DE CATIVEIRO

A Oikos pretende manter o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, com a recolha e encaminhamento de animais.

◆ PARTICIPAÇÃO EM ACÇÕES DIVERSAS:

A participação da Oikos em colóquios, jornadas, congressos, etc., continuará a verificar-se em função da disponibilidade dos seus representantes, uma vez que os convites superam a capacidade de resposta.

◆ INFORMAÇÃO

A Oikos pretende continuar a intervir nos diversos órgãos de comunicação social, em defesa dos valores do ambiente e do património, numa perspectiva de informação e formação dos cidadãos. De igual forma, "O Guarda-Rios" - publicação trimestral - continuará a ser editado.

◆ TOMADAS DE POSIÇÃO FACE AO PATRIMÓNIO NATURAL E CONSTRUÍDO

A Oikos continuará, e tentará reforçar, a sua intervenção no apoio ao público, através: da emissão de pareceres técnicos e da elaboração e encaminhamento de denúncias e protestos.

◆ SERVIÇOS DE APOIO À COMUNIDADE:

A Oikos pretende reforçar o trabalho desenvolvido, nomeadamente com a adequação dos espaços na nova sede a estas funções.

◆ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

A Oikos continuará a adquirir mais materiais: Livros; Vídeos; CD ROM,s, etc., e procurará aumentar /melhorar o serviço de informática na sede.

◆ PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS

Manter as participações existentes e eventualmente participar noutros se possível face às disponibilidades.

◆ INTERASSOCIATIVISMO

Trata-se de uma área extremamente importante para a eficácia do trabalho para o ambiente no nosso país pelo que a Oikos tentará reforçar as colaborações interassociativas no ano de 2000.

PODA DE ÁRVORES ORNAMENTAIS E/OU EDUCAÇÃO AMBIENTAL — DEFINAM-SE !



*PLÁTANO "PODADO" EM PÁTIO DE ESCOLA DO 1º CICLO, NA CALVARIA,
EM VÉSPERA DE DIA MUNDIAL DA ÁRVORE*

Com o passar do Inverno, e o inevitável aproximar da Primavera, é normal esperar-se que as árvores ornamentais – nome pomposo atribuído às árvores plantadas nos centros urbanos – cumpram mais um ciclo das suas vidas, revestindo-se de novas folhas, contribuindo decisivamente para a melhoria da paisagem urbana em que se inserem e qualidade de vida dos respectivos habitantes.

Com efeito, a inserção destas árvores nos espaços urbanos é hoje, felizmente, entendida como algo importante para elas próprias e para a vida dos cidadãos que delas usufruem, carecendo a sua selecção e localização de estudos aprofundados, adequando as diferentes espécies às funções a que se destinam e aos ambientes que se pretendem criar, tendo em atenção a íntima relação entre os espécimes seleccionados e os ecossistemas de origem.

Paralelamente, no domínio da sensibilização e educação ambiental, espera-se dos diversos actores envolvidos – professores, alunos, auxiliares de educação, ONGA (Organizações Não Governamentais para o Ambiente) e outras entidades – uma forte dinâmica relacionada com o repensar o ambiente urbano e a protecção da árvore e da floresta, tanto mais envolvente quanto mais se aproximam as também cíclicas comemorações do Dia Mundial da Árvore (21 de Março). Deseja-se, assim, mediante acções isoladas ou conjuntas, de maior ou menor envergadura, sensibilizar os cidadãos para a importância da árvore segundo as suas múltiplas valências, contribuindo simultaneamente para a formação de cidadãos cívica e ambientalmente melhor formados.

Inserido neste conjunto de acontecimentos (cronologicamente cíclicos) surge, invariavelmente, uma acção de intervenção técnica realizada sobre as árvores: a poda. Esta, se conduzida segundo critérios técnicos rigorosamente estudados em função dos diagnósticos obtidos para cada espécie a intervencionar, revela-se uma autêntica intervenção

cirúrgica sobre a árvore, corrigindo eventuais enfermidades e deficiências morfológicas, melhorando a circulação de ar nas respectivas copas, assegurando simultaneamente a segurança de quem se desloca sob as mesmas. Este tipo de intervenção, respeitador da dignidade da árvore e da sua morfologia e fisiologia, deu lugar ao aparecimento de escolas técnicas e a uma nova classe profissional: a dos cirurgiões de árvores, cuja acção tem sido progressivamente reconhecida e requisitada, na medida da valorização social do espaço urbano e da sua importância que proporciona.

Olhando, agora, para as árvores das nossas cidades, vilas e aldeias, tudo indica que o texto anteriormente escrito não se lhes aplica, tal como o título de cirurgião de árvores não pode, de forma alguma, ser atribuído a quem sobre elas realizou as intervenções que patenteiam.

Com efeito, talvez seja altura de se começar a olhar com algum espírito crítico as árvores que nos rodeiam, compreendendo serviço público que prestam, bem como a sua função ecológica, pensando simultaneamente nos argumentos evocados (se os houve, alguma vez...) no passado recente para – longe de serem podadas – as amputarem de forma tão drástica quanto despropositada. De facto, dificilmente se encontrarão justificações plausíveis para a “necessidade” de realizar tal tipo de podas sistemáticas/drásticas (para ser simpático na terminologia utilizada) que desfiguram as árvores a ponto de perderem a sua forma natural, transformando-as em algo que, sendo benevolente, classificaria como próximo de “grandes vegetais moribundos”, constituídos por raiz, caule drasticamente amputado e alguns arremedos de ramos emergentes (a custo, e em situação de emergência), con-

tendo folhas em crescimento desesperado (no sentido de realizarem a fotossíntese que permita a este ser sobreviver às amputações sofridas)”.

Com efeito, a distância que medeia entre uma intervenção realizada sobre uma árvore ornamental, apoiada no rigor técnico e científico, e o que constatamos estar a fazer-se diariamente nas nossas árvores ornamentais, encontra-se espelhada nas imagens apresentadas.

A observação cuidada deste plátano, em Portalegre (com o devido respeito pelo caule da Calvaria, apenas considero árvore a de Portalegre...), permite verificar o extremo cuidado posto na sua conservação pelas entidades responsáveis, tornando-a um exemplar digno de um espaço público, merecedor de visitas no âmbito de acções puramente técnicas e de carácter mais educacional.

Face a esta dupla forma de encarar “a árvore” e as intervenções a desenvolver sobre ela, e em torno dela, surgem-me algumas questões que me permito partilhar:

I – Valerá a pena investir tempo e dinheiro do contribuinte em árvores ornamentais, sabendo-se que os responsáveis pela sua manutenção são, em larga maioria, fortemente responsáveis pela sua descaracterização enquanto “árvore” através das amputações que lhes infligem (quando não pela sua morte a longo prazo, devido às feridas que nelas



PÁTANO EM JARDIM PÚBLICO, EM PORTALEGRE

ficam abertas e às doenças por essa via contraídas)? Não será urgente “formar” os técnicos antes que deixemos de ter árvores ornamentais? Esta formação tem ocorrido e tem sido frequentada? Se tem havido formação, porque se repetem os erros? Deverá alguém ser responsabilizado pelos danos patrimoniais e ambientais resultantes destas práticas incorrectas? Quem?

II – Valerá a pena investir verbas avultadas na “requalificação ambiental” das cidades, com recurso à criação de espaços verdes, contendo árvores ornamentais, quando não se consegue preservar criteriosamente as que já existem?

III – Valerá a pena comemorar o Dia Mundial da Árvore com a plantação de árvores em espaços públicos, envolvendo crianças e adultos em actividades cujo objectivo se centra na sua protecção? Afinal, a prática dos futuros responsáveis pela conservação dessas árvores tem-se caracterizado pela negação do que se pediu para comemorar, isto é, o respeito pelo ser vivo e pela sua importância, nas suas várias valências.

Será preferível sair com essas mesmas crianças e, ao invés de plantar árvores com destino mais que definido (face às actuais práticas, obviamente), proceder ao levantamento dos espécimes que estão,

ainda, em bom estado de saúde, e tentar preservá-las?

É certo que muito mais há para dizer sobre este tema, motivando outras tantas questões. Tanto mais que, de há anos a esta parte, as denúncias pelas popularmente chamadas “podas camarárias” têm vindo a ser em número crescente, envolvendo Organizações Não Governamentais para o Ambiente e a comunidade científica cujo trabalho se centra nestas áreas.

Não será tempo de, pelo menos por um ano, parar para reflectir construtivamente, e deixar as árvores em sossego até se aprender como actuar sobre elas? Por nós, Oikos, a exemplo do sucedido no ano de 2000, estamos disponíveis para criar parcerias no sentido de promover a formação técnica dos envolvidos na situação ora denunciada. Desde que, ao contrário do que sucedeu no ano transacto, a seguir à acção de formação, todas as árvores passem a ser podadas de acordo com os critérios técnicos respectivos e não como todos o temos constatado.

Mário Oliveira

SABIA QUE?

Resultados obtidos em Chicago indicaram que as árvores da cidade removeram só em 1991, 591t de poluição atmosférica sendo: 212t de partículas, 191 t de ozono, 89t de dióxido de azoto e 84t de monóxido de carbono?

As árvores, ao interceptarem a precipitação, reduzem a velocidade e o caudal de escoamento, promovem a infiltração da água e a ancoragem do terreno, ou seja, protegem o solo da erosão, reduzem a sedimentação dos rios e o risco e o pico de cheia de 10 a 20%?

O Morcego - anão *Pipistrellus pipistrellus*, o morcego mais pequeno da Europa e um dos mais comuns, alimenta-se principalmente de melgas e mosquitos, podendo capturar numa só noite 3000 insectos? é um animal muito querido, não acha?

A Lontra *Lutra lutra* pode nadar entre 7 a 8 horas ininterruptamente, atingindo uma velocidade de 1,5 - 2 Km por hora, mas que recentemente começou a entrar em declínio devido a poluição e destruição do seu habitat e à perturbação humana?

DIOMAR FERREIRA

COLÓQUIO/DEBATE

“LITORAL REGIONAL, UMA ÁREA A CONHECER RECUPERAR E PRESERVAR”

Promovido pela Oikos realizou-se no passado dia 14 de Fevereiro, no Centro Associativo Municipal, em Leiria, o colóquio-debate subordinado ao tema “Litoral Regional – Uma Área a Conhecer, Recuperar e Preservar”. Este evento contou com as presenças, na qualidade de oradores, da Dra. Raquel Delgado, da Oikos, do Eng.º Mota Lopes, da Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território do Centro, e do Dr. Paulo Lemos, da Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território de Lisboa e Vale do Tejo.

As comunicações incidiram sobre duas realidades distintas, embora interligadas, relativas ao litoral regional.

Assim, foi apresentado pela sua coordenadora, o projecto “Coastwatch Europe – Região de Leiria”, definindo o seu enquadramento no projecto nacional e internacional e as principais constatações evidenciadas pela análise dos inquéritos preenchidos durante os trabalhos de campo, envolvendo algumas centenas de alunos, professores e cidadãos interessados em participar.

Os técnicos do Ministério do Ambiente fizeram uma caracterização das respectivas áreas de intervenção, tendo ficado claro que as problemáticas associadas à ocupação humana do litoral e à erosão costeira estão a agravar-se,



obrigando a esforços – humanos e financeiros – notáveis no sentido de conter o avanço do mar, com a consequente destruição de património natural e construído.

O vivo debate que sucedeu às apresentações revelou a relativa impotência dos organismos que tutelam o ambiente face ao conjunto de pressões ligadas ao ramo imobiliário e à ocupação do litoral, bem como à dificuldade em acompanhar convenientemente todo o processo de ocupação/destruição do litoral por meios e actividades ilegais.

Esta acção é dificultada ainda pela pouca coragem evidenciada pelo poder autárquico face à ocupação desregulada do litoral, ao reduzido empenho na definição de políticas

estruturantes condizentes com o conhecimento científico e experiência vivida no quotidiano do litoral nacional, à complexidade e morosidade do procedimento técnico associado à reposição da legalidade, bem como pela falta de meios humanos e financeiros para combater as referidas violações.

Foi ainda reafirmada a necessidade da continuação das acções de sensibilização/educação ambiental como forma de contribuir para a formação de cidadãos ambientalmente mais conscientes e responsáveis, garantindo um futuro sustentável para o Litoral Regional.



IX CONCURSO DE FOTOGRAFIA "AMBIENTE"

A OIKOS leva mais uma vez a efeito o habitual concurso de fotografia, que já vai na sua nona edição, e este ano é subordinado ao tema "AMBIENTE".

Este evento tem como objectivos:

- Contribuir para um melhor conhecimento do nosso Património Natural
- Alertar as autoridades e a população em geral para os problemas do Ambiente
- Motivar as autoridades e a população em geral para a Conservação da Natureza
- Desenvolver o gosto pela arte fotográfica, que denote espírito crítico
- Continuar a cumprir os estatutos da OIKOS enquanto Associação de Defesa do Ambiente e Património.

O concurso está aberto a todos aqueles que nele queiram participar, devendo os trabalhos serem enviados, até um máximo de quatro, para a OIKOS – Apartado 2840 – 2401 – 901 – Leiria até 25 de Maio de 2001, e de acordo com o respectivo regulamento.

O 1º prémio será de 100.000\$00, o 2º de 50.000\$00 e o 3º de 25.000\$00

Após uma selecção feita pelo júri serão expostas as 50 fotografias consideradas melhores, no Teatro José Lúcio da Silva em Leiria, no dia 5 de Junho de 2001 (Dia Mundial do Ambiente), ao que se seguirão exposições noutras localidades.

A OIKOS comemorou o dia Mundial da Água

Como vem sendo habitual, a OIKOS comemorou uma vez mais a passagem de um Dia Mundial da Água, procedendo à recolha e análise de amostras de água em 15 pontos da Bacia Hidrográfica do Lis, contando com o apoio da Câmara Municipal de Leiria, IPAMB e Autoridades de Saúde dos concelhos de Leiria, Marinha Grande, Porto de Mós e Batalha.

Os dados obtidos serão posteriormente tratados e comparados com os resultados obtidos em anos anteriores, no sentido de uma intervenção pedagógica por parte da OIKOS, tendo em vista um efectivo contributo para a despoluição da Bacia Hidrográfica do Lis.

IX CONCURSO DE FOTOGRAFIA

AMBIENTE

entrega de trabalhos
até 25 de Maio de 2001

Organização: OIKOS
Assoc. de Defesa do Ambiente
e do Património da Região de Leiria

Patrocínio: Câmara
Municipal
de Leiria

Tel.: 244 828 555 • Fax: 244 826 624 • Apart. 2840 • 2401-901 LEIRIA
E-mail: oikosambiente@mail.telepac.pt

